

## O TEMPLO DO MOZINHO E SEU CONJUNTO

*Carlos Alberto Ferreira de Almeida*

Nas campanhas arqueológicas de 1977 e 1978 no Castro do Mozinho, Penafiel, distrito do Porto, escavou-se uma zona contínua, e a sudeste, da Avenida, a qual, partindo da porta nordeste da muralha média, atravessa o povoado até à entrada principal da cerca superior. Ampliou-se assim, para esse lado, a mancha exumada e já publicada <sup>(1)</sup>. Este sector apresentava-se coberto de muita pedra, geralmente com uma ou mais faces, dando a entender que, pelo menos na parte de cima, deveria haver restos de construções de certo relevo, o que se confirmou depois. Não vamos publicar agora o estudo de toda a escavação. Esperamos fazê-lo, em breve, em publicação de conjunto onde se assumam também os dados e os problemas dos relatórios anteriores <sup>(2)</sup>. Nesta notícia pretendemos apenas patentear umas notas sobre um conjunto de edifícios que se instala no lado sul do sector que escavamos, na sua parte mais alta, ao lado da Avenida e frente à entrada da muralha superior, o qual pela singularidade do seu arranjo urbanístico, do seu aspecto e da sua construção e até pelo espólio limitado, se aparta de todo o resto. Não há dúvida de que ele faz parte da reforma urbanística dos começos da época flávia que fez a Avenida e os edifícios do outro lado e também o recinto superior. Reforçamos assim o que já escrevemos <sup>(3)</sup>. Acrescentamos por agora que, do lado nordeste deste sector escavado, há uma mancha de casas da primeira parte e meados do século I d.C. e que a ampliação da escavação, tanto para sudeste como para noroeste, acumulou-nos indícios indicativos de que esta reforma urbanística que situaríamos em redor dos anos 70 a 75 d.C, mais ou menos, parece ter-se limitado essencialmente a esta zona referida. Adiantando diremos que nos horizontes pré-flávios dominam as casas redondas, as quais têm geralmente vestíbulo. Nas casas castrejas, da época flávia, domina a forma rectangular e as redondas, que então se fazem, não apresentam vestíbulo. Temos a consciência de que este testemunho é muito parcelar, porque se apoia numa zona escavada com cerca de três dezenas de casas e diz respeito somente a este povoado; mas não deixa de ser um dado a confrontar com outras análises e observações. Na técnica de construir nota-se também uma grande evolução. Na muralha média — cuja data, na parte escavada, continuamos a atribuir aos meados do século I d.C. <sup>(4)</sup> — utiliza-se pedra, tendencialmente, de recorte em polígono irregular, tecnicamente colocada com aresta para cima, até

---

<sup>(1)</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Escavações no Monte Mozinho II*, Penafiel, 1977.

<sup>(2)</sup> Além do trabalho citado na nota (1) veja-se também *Escavações Monte Mozinho*, Penafiel, 1974.

<sup>(3)</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Escavações Monte Mozinho II*, 1977.

<sup>(4)</sup> Para além das razões que apresentamos em *Escavações no Monte Mozinho II*, 1977, p.10 acrescentamos que se avolumaram os indícios confirmativos dessa atribuição, mas não encontramos ainda dados indiscutíveis.

porque geralmente não se utilizam as pequenas pedras para calçar e, sobretudo, para encher. Disto resulta que numa destruição de casa castreja a parede fique sempre com um recorte denteado, tipo serra. Mas já na muralha superior, flávia, e nos edifícios que vamos estudar se nota a tendência, embora não perfeitamente alcançada, para as fiadas horizontais e para o *opus quadratura* (Est. III, 2) <sup>(5)</sup>. Também nas esquinas destes edifícios vemos já aparelho travado com as pedras, alternadamente, umas de sogas e outras de tição.

Os edifícios que estudamos, instalados numa plataforma granítica ao lado esquerdo de quem sobe a Avenida, formam um conjunto como o muro delimitante, que corre de sul a leste, sugere embora com duas partes, bem distintas, conforme as ruas que partem da Avenida indicam. Veja-se a fotografia geral (Est. III, 1) e a planta do conjunto (Est. I, 1). No programa da escavação todo este sector foi marcado com a letra C e, porque após a limpeza do terreno se viam os muros, designamos os espaços que delimitavam por C I, C II, C III, etc. e os acessos por C R(ua)I e C R(ua)II, como na planta se indica. Num relance geral logo se nota a singular importância da Rua I, não só pelo seu perfeito lajeamento mas porque, estando em cota mais baixa que a Avenida, tem para esta um acesso em cotovelo e em rampa que lhe ocupa quase metade da largura. Isto significa, sem dúvida, o grande relevo social dos edifícios a que dava acesso, C I, C II, C III e C V, e, sobretudo, C IV e C VII. Ela vai terminar num portal amplo de uma espaçosa construção rectangular com 10 metros de comprido por 5,5 de largo, cuja entrada, a julgar pelas sapatas de pedra com moldura devia ser ladeada de boas ombreiras ou até colunas <sup>(6)</sup>. Este compartimento, internamente, tinha duas lareiras feitas, cada uma delas, com duas tégulas e um bom piso de barro calcinado. Em algumas pedras da parede há ainda restos de estuque e cal. Daqui, através de porta, tinha-se acesso a outra divisão, C VIII, onde a construção é ainda mais cuidada e onde a cal e estuque melhor se vêem (Est. III, 3). O seu piso é feito de barro misturado com fragmentos de tégula, numa imitação muito fruste, mas significativa, do *opus signinum*. Supomos que se trata de um só edifício, com duas divisões, o qual, por tudo, está muito distante das habituais construções castrejas. Deste último compartimento há uma saída para a ala sul do edifício C VII, ao qual também se tinha acesso pela Rua I e para onde ele tem virada a sua entrada. Não temos dúvida em afirmar que este último edifício C VII é um templo, cuja *cella*, trape-zoidal, tem 5,80 X 3,40 m. As paredes têm de espessura cerca de 45 cm. (Est. IV, 1). A *cella* está em ligeiro *podium* com 65 cm. de altura, relativamente ao lajeado frontal, e a ela se assomava por meio de um degrau cujas bases estavam *in situ*. Temos pois um *naos* de tipo rectangular com entrada por um lado maior, de que — embora esta solução não seja

---

<sup>(5)</sup> Sabemos de quanto cuidado nos devemos revestir ao sugerirmos datações só através do aparelho. Sem dúvida que um atelier só constrói bem, e rapidamente, quando distingue o pedreiro-lavrante do pedreiro-assentador e quando o faz em fiadas isódomas. É uma técnica que pressupõe determinada organização que as épocas que muito construíram, como a romana, a românica, ou gótica, descobriram. Por isso tem importância. Assim, se esta observação para o Mozinho se pudesse aplicar a outros castros, diríamos, por exemplo, que o monumento com forno de Sanfins seria pré-flávio e o do Monte da Saia, pós-flávio.

<sup>(6)</sup> Como ilustrámos em *Mozinho I*, op. cit. (Est. XXVII) há bases e capitéis que foram encontrados numa antiga escavação a 700 m. para norte e abaixo deste local, os quais estavam integrados em construções dos séculos III e IV. Eles poderiam eventualmente ter pertencido, num primeiro momento, a este conjunto. Como então mostrámos foram construtores deste povoado mais baixo os grandes destruidores do castro superior.

a mais vulgar — há noutros paralelos <sup>(7)</sup>. Foi certamente o desejo de orientar, o mais possível, para leste, conforme as ideias religiosas de então, num local com muitas limitações urbanísticas, que originou o seu desfazamento relativamente aos alinhamentos dos arruamentos e casas. Observemos ainda que todo o espaço frontal foi lajeado continuamente instalando-se depois, por cima, a parede que faz as alas, e que é uma espécie de *peribole*. Notamos que esta divisão, que separava o sagrado do profano, respeita mais o alinhamento da Rua I que o da *cella*. Temos assim um templo classificável dentro do tipo Ib de Lewis <sup>(8)</sup>, género torre, mas cujos lados não deveriam ser cobertos com telhado. Por uma banda, do lado sudeste, a parede do *peribole* e a do edifício C IV confundem-se numa só e, por outra, um cano para esgoto das águas sai do seu espaço, no ângulo leste, levando-as por debaixo do piso da casa IV. Isto é sinal de este perímetro não estar coberto por telhado, isto é, de não haver pórticos. A ligação directa do aposento C VIII com este espaço faz crer que exista uma relação íntima entre o templo e esse edifício, fosse qual fosse a função, sala de oferendas ou até habitação do servidor-sacerdote <sup>(9)</sup>. As construções C I, C II, C III e C V, podem ou não estar relacionadas com o edifício anterior, embora uma notória ausência de espólio, que não é comum, possa sugerir a afirmativa. Todas tinham pisos de saibro argamassado e calcinado. Na parede exterior do aposento C II há uma argola, decorada em corda, própria para prender animal (Est. IV, 2). Não poderia ela servir, ao menos de vez em quando, para prender animal oferecido para ser sacrificado no templo? A Rua II parte também da Avenida, descendo em rampa, e parece dar acesso à ala traseira do templo e, sobretudo, a um amplo edifício, escudiforme, com cerca de 12,30 m. por 5,80 nas partes mais amplas, e que se destaca bem no conjunto. É uma construção cuidada, cujas paredes têm em média 45 cm. de espessura. A sua escavação pouco mais revelou que cerca de 700 fragmentos de tégula e imbrex <sup>(10)</sup>. A ausência de cinzas, de lareiras, restos de cozinha e de cerâmicas, a sua grandeza, cuidado de construção e seu posicionamento sugerem-lhe uma função pública. Nos lados noroeste e sudoeste desta construção, entre ela e a Avenida e um arruamento superior, há espaçoso corredor C XI e XII onde a escavação nos mostrou cinco lareiras, uma das quais enorme, e muito cuidada, com diversos pisos que correspondem a sucessivos arranjos. A leitura estratigráfica que apresentamos em (Est. II, 1) no-la mostra em corte. Funcionaram na época flávia e, em redor, entre abundantes cinzas havia espólio rico e variado. O resto de alicerce que aí vemos é de época anterior. Não havia sinais de construções a que pertencessem e, por isso, seriam fogueiras ao ar livre. O rico espólio, a abundância de cinzas, o esmero e, sobretudo, a grandeza da lareira média, a ocidente, que não tem paralelo conhecido e onde se poderia assar perfeitamente um animal de grande porte não lhe poderão indiciar um funcionamento para comidas cerimoniais e, assim, uma relação com práticas ou atitudes dos utentes do edifício que se encontra ao lado? É mais uma questão à qual não sabemos responder.

<sup>(7)</sup> L. Crema, *L'Architettura Romana*, Turim, 1959, p.175.

<sup>(8)</sup> M. J. T. Lewis, *Temples in Roman Britam*, Cambridge, 1966, p.174.

<sup>(9)</sup> Muitas outras perguntas deixamos de formular por serem prematuras. Assim, por exemplo, para qué aquele grande espaço do C IV, onde havia duas grandes lareiras e por sinal bastante cinza?

<sup>(10)</sup> Observe-se que por estar bastante à superfície é possível que o seu piso, que não vimos, tenha desaparecido. Observe-se que esta abundância de tégula foi comum em todo o sector.

Conforme já declaramos não vamos fazer aqui a análise de todo o material ceramológico que exumamos nem a descrição da estratigrafia, que de resto era muito simples. Publicamos dois cortes estratigráficos, no centro da grande lareira, referida (Est. II, 1), e o outro no lado sudeste do aposento C VIII (Est. II, 2). De modo geral havia desde dois a quatro estratos, sendo sempre o primeiro ou segundo o correspondente à destruição, e o terceiro à construção e funcionamento dos edifícios. No quarto, que só existia numa reduzida área e em pequenas bolsas, temos elementos anteriores à construção e que nos servem como elemento de datação *post quem*. Dentre os fragmentos de cerâmica, cronologicamente mais significativos, no estado actual dos nossos conhecimentos, encontrados nos níveis do funcionamento dos edifícios, nível 3, e cuja forma é reconhecível temos oito fragmentos de sigilata sudgálica, dezoito de sigilata hispânica, cinco fragmentos de cerâmica bracarense e cerca duma vintena de cerâmica tipo bracarense pintada ("). Na sudgálica cinco fragmentos são da forma 18 e três da 24-25. Na sigilata hispânica oito pedaços pertencem à forma 15-17, seis à forma 27, três à forma 10 e um à 37. Na cerâmica bracarense três são da forma 36 e dois da 29.

Publicamos, porque significativo, um corte estratigráfico do lado exterior, (Est. II, 2) a sudeste e perpendicular ao edifício C IV, onde o espólio foi abundante. Nesse espaço, no estrato 3, coberto por barro e telhas da destruição do edifício e que enchia o seu alicerce, temos oito fragmentos de sigilata sudgálica, trinta e nove de sigilata hispânica e seis de bracarense. Distinguindo as formas, temos dentro da sudgálica três fragmentos da forma 18, dois da 24-25, dois da 27 e um da 15-17. Na sigilata hispânica catorze fragmentos são da forma 27, dez da 15-17, oito da forma 10, dois da 24-25, um fragmento decorado com folha de água da 36 e um outro fragmento da 29. Na bracarense temos três pedaços da 29 e outros três da forma 36. Não apareceram outros elementos que nos pareçam mais significativos mas cremos que o quadro apresentado e a proporção entre a sigilata sudgálica e a hispânica e respectivas formas garante-lhe uma cronologia dos princípios da época flávia. No Quadro I resumimos estes dados do nível 3 na parte do sector C e na parte exterior, a sudeste.

QUADRO I

CERÂMICA FORMAS	sigilata sudgálica		sigilata hispânica		cerâmica bracarense	
	Sector C	Parte exterior	Sector C	Parte exterior	Sector C	Parte exterior
15-17		1	8	10		
24-25	3	2		2		
27		2	6	14		
10			3	8		
37			1			
29				1	2	3
36				1	3	3
18	5	3		3		
TOTAL	8	8	18	39	5	6

(") Os fragmentos que se justapõem não se contaram.

Mais significativos são, porém, os achados, embora pouco numerosos, encontrados nos alicerces dos muros ou debaixo dos pavimentos e pisos <sup>(12)</sup>. Um fundo de um prato, 15-17, hispânico, foi encontrado debaixo do lajeado, junto da escada do templo, e um bocado de bordo da forma 27, hispânica, ajudava a calçar, pelo lado exterior, uma pedra do cano de esgoto. Uma sondagem no pavimento do edifício C IV revelou, além de um fragmento de garrafa quadrangular, de vidro azulado, dois fragmentos de discos de lucerna um dos quais, por ter a *margo* descendente, deverá ser claudiano. Mas o outro, por ter a *margo* encurvada e ascendente, não poderá ser muito anterior à época flávia. Ainda um fragmento da forma 24-25 em cerâmica bracarense. Com estes dados a atribuição das construções referidas a uma época ao redor, mais ou menos, do ano 70 d.C. não é ousada.

\*

Temos pois com todas as probabilidades um templo da época flávia. Mas a que divindade estaria dedicado? Procedentes do Castro do Mozinho temos dois testemunhos de divindades. Um deles é uma escultura com o grupo das *Tres Matres* (Est. IV, 3) bastante mutilado, feito em granito local. Reproduzimos mais uma vez a peça que tarda em aparecer citada nos estudos sobre religiões antigas do Noroeste <sup>(13)</sup>. Não sabemos, porém, o local exacto do castro onde terá sido encontrada. O outro testemunho é uma ara dedicada a Júpiter e que Abílio Miranda, outrora, me disse provir da zona escavada. Expõe-se no Museu de Penafiel (Est. V, 1 e 2). É de granito e está partida, tendo-se perdido a parte inferior. Por estar truncada a partir da segunda linha, a inscrição, disposta em duas faces e com letras de 7 cm. de altura, poderá estar incompleta. Lemos numa face MED/AMV/ e na outra IOV/IVS. O nome do ofertante, *Medamus*, não parece oferecer dúvida nem o do deus, Júpiter <sup>(14)</sup>. Há mais duas aras (Est. V, 3, 4 e 5), uma partida só com a cabeça e outra algo mais completa mas anepígrafa proveniente desta zona <sup>(15)</sup> mas que não adiantam muito à nossa problemática. A atribuição do templo a Júpiter não nos parece demasiado ousada tendo em mente a inscrição aparecida por aí, o conjunto público do quarteirão onde se encontraria o seu templo e o que sabemos sobre os significados do seu culto, tão bem aceites na região, sobretudo a partir dos flávios <sup>(16)</sup>. Teríamos, assim, a primeira ara a Júpiter, no Noroeste, com um monumento e um dos primeiros passos, documentado na zona, da aculturação religiosa, romana. Na verdade os castrejos, segundo tudo indica, parece que nem erguiam templos nem dedicariam altares ou representações aos seus deuses. Tal qual os celtas <sup>(17)</sup>, na religião, eram antiícones e atectónicos. Seria por isto que

<sup>(12)</sup> As sondagens nos pavimentos e pisos foram muito limitadas.

<sup>(13)</sup> Veja-se Carlos A. Ferreira de Almeida, *Escavações no Monte Mozinho I*, 1974, p.34-35. É possível que estas divindades se devam relacionar com os *Callaeci* que, conforme Maluquer de Motes e Tranoy já escreveram, ocuparam esta região antes da nossa era.

<sup>(14)</sup> Tranoy em *Histoire et archéologie de la péninsule ibérique antique. Chronique II -1973-1977, Revue des études anciennes*, Tome LXXXI, 1979-1/2, p.176, lê assim, e bem.

<sup>(15)</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Escavações... Mozinho I*, 1974, p.35-36.

<sup>(16)</sup> P. le Roux et A. Tranoy, *Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la péninsule ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire, Mélanges de la Casa Velázquez*, IX, 1973, p.218-220.

<sup>(17)</sup> M. J. T. Lewis, *Temples in Roman Britain*, cit., p.4.

Estrabão disse que os castrejos eram «ateus». Como a vida na parte alta do castro parece apagar-se pelos fins do século I as aras terão uma cronologia antiga. Realçemos que uma é anepígrafa e a outra apresenta o nome de Júpiter sem os epítetos *Maximus* e *Optimus*, próprios das dedicações Oficiais e que se irão aceitar e estender, a partir de então, pelo Noroeste. A correlação de tudo isto e da urbanização, ainda muito castreja, desta parte do Mozinho não nos parece que se deva explicar, de modo mecânico, pela atribuição do *ius Latii* a partir do ano de 73-74 aos hispânicos nem tão pouco somente pela política flaviana. O Mozinho concretamente, sendo embora um pálido testemunho — mas certamente em outros castros como Sanfins e Briteiros o mesmo se verifica e mais notoriamente — já antes da época flávia concentrava e aumentava a sua população e se urbanizava conforme padrões alcançados já sob o processo de romanização<sup>(18)</sup>. Cremos mesmo que a parte alta do Castro do Mozinho se abandonou cedo como consequência da política flávia concretizada na região.

Se a cronologia é certa, se o edifício central nos parece, quase seguramente, uma *cella* de um peculiar templo, se os outros edifícios confinantes têm com ele algumas relações, como procuramos sugerir, estamos diante duma curiosíssima e significativa amostra de romanização, nessa época e num castro da margem norte do rio Douro. É deste mesmo período o edifício tumular em torre, com escultura e relevos romanos, que lhe fica próximo, e que publicamos em *Mozinho I*. Estaremos — parece — diante de testemunhos de romanização colaboracionista e assumida indigenicamente por membros da sociedade local, cuja lição nos mostra uma transculturação voluntariosa mas vagarosa. Apesar de tudo, uma transformação a avolumar-se que, como não poderia deixar de ser, não esquece anteriores padrões culturais do grupo social a que umbilicalmente estava ligada.

---

<sup>(18)</sup> Para a importante transformação operada, nesta região, na época flávia veja-se A. Montenegro, Problemas y nuevas perspectivas en el estudio de la Hispania de Vespasiano, *Hispania Antiqua*, vol. V, 1977, p.8188 e H. Bengtson, *Die Flavien*, Munique, 1979, p.129 e segs.

<sup>(19)</sup> Anotemos que as habitações com ornatos nas ombreiras e com frisos circulares, decorativos, são no Mozinho de época pré-flávia.